

INTERESSADO: Pedro Luiz Viana de Lima

ASSUNTO: Pedido de equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagens de Escola SENAI RELATOR: Cons. João Baptista Salles da Silva

PARECER CEE Nº 2602/75, CPG, Aprovado em 10/09/75

Com. ao Pleno em 01 de Outubro de 75

I- RELATÓRIO

HISTÓRICO:

1.1- Pedro Luiz Viana de Lima, filho de Pedro Viana de Lima e de dona Inês Ferreira de Lima, nascido em Santos, a 13/4/1951, domiciliado e presidente na Rua Rio de Janeiro nº 31, em São Vicente, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Antônio Souza Noschese", solicita Pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguir-los no ensino regular de 1º grau.

1.2-É o seguinte o histórico escolar do requerente;

1.2.1- curso Primário com 4 (quatro) séries, no Grupo escolar de São Vicente;

1.2.2- Curso de Aprendizagem Industrial, na Escola SENAI "Antônio de Souza Noschese", de Santos. Nesse curso, com a duração de 3 (três) "graus" estudou: Português, Matemática, Desenho, Ciências sociais (incluindo Geografia do Brasil e História do Brasil), Ciências Gerais (incluindo Ciências Físicas e Biológicas), Educação Física, Prática Profissional.

1.2.3- Em 10/12/1967, recebeu o Certificado de Aprendizagem.

1.3-A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE-nº 19/65.

PROCESSO CEE - Nº 1377/75

PARECER CEE-Nº 2602/75

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau; os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

2.5-O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6-O requerente realizou curso de aprendizagem com a duração de três "graus", ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de três "termos", ou ainda de três "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo Único do artigo 12, Deliberação CEE-nº 14/73, isto é, 720 horas (2880: 4 séries = 720 horas/aula, por série).

2.7-O elenco de matérias do currículo do curso que o interessado realizou é equivalente ao previsto pela Resolução CFE-nº 8/71.

2.8-Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II- CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho re-conheça os estudos realizados por Pedro Luiz Viana de Lima, no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "Antônio Souza Noschese, de Santos, como equivalentes aos cumpridos na 7ª série, podendo, portanto, autorizar-se sua matrícula na 3ª série do ensino do 1º grau.

A escola que acolher a matrícula do interessado deverá submetê-lo a processo de adaptação em Geografia Geral, História Geral, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e nas outras disciplinas em que tal processo seja considerado necessário.

São Paulo, 18 de agosto de 1975

a) Cons. João Baptista Salles da Silva
Relator

III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Therezinha Fram.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 10 de setembro de 1975.

a) Cons. José Conceição Paixão
Presidente